

O ENTUSIASMO PELA EDUCAÇÃO COMO FATOR DE PROGRESSO DO PIAUÍ ENTRE OS ANOS 1920 E 1940

THE ENTHUSIASM FOR EDUCATION AS A PROGRESS FACTOR IN PIAUÍ BETWEEN THE 1920S AND 1940S

Joseanne Zingleara Soares Marinho¹

¹ Doutora em História, Sociedade e Cultura pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, Professora Adjunta do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Piauí – UESPI e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História PROFHISTÓRIA – UESPI; joseannezsm@mail.com; ORCID: 0000-0001-9725-5031.

Resumo: O objetivo do artigo é analisar o desenvolvimento da educação de nível primário no Piauí nos anos de 1930 e 1940 como um projeto para atingir o progresso do Estado. No século XIX já existia o ideário de que a educação deveria ser uma área de atuação pública, tratando-se de uma base para a modernização do Brasil, no entanto, apenas na década de 1920, foi instalado um espaço mais propício para esses debates, sendo que nas décadas de 1930 e 1940, essa ideia adquiriu maior impulso nos estados por meio de iniciativas centralizadoras do governo federal. A partir da análise de fontes primárias oficiais e hemerográficas, articuladas com aspectos relacionados à modernização (BERMAN, 2010) e ao Estado de Bem-estar (ESPING-ANDERSEN, 1990), identificou-se que as medidas repercutiram no Piauí provocando um considerável desenvolvimento da educação, que ocorreu em meio a uma problemática implantação, notadamente limitada ao Ensino Primário, e mais restrita à capital do estado.

Palavras-chave: História; educação; progresso.

Abstract: The main objective of the article is to analyze the development of primary education in Piauí in the 1930s and 1940s as a project to achieve the State's progress. In the 19th century, there was already the idea that education should be an area of public action, being a basis for the modernization of Brazil, however, only in the 1920s, a more propitious space for these discussions was installed, and in the 1930s and 1940s, this idea acquired greater impulse in the states through centralizing initiatives by the Federal Government. From the analysis of official and hemerographic primary sources, linked to aspects related to modernizations (BERMAN, 2010) and the welfare State (ESPING-ANDERSEN, 1990), it was identified that the measures had repercussions in Piauí causing a considerable development of education, that occurred in the midst of a problematic implementation, notably

Joseanne Zingleara Soares Marinho

restricted to primary school, and also more restricted to the capital, which has become a model for the municipalities of the State.

Keywords: History; education; progress.

1 Introdução

O processo de modernização já presente em grande escala do Brasil fez-se mais marcante no Piauí a partir dos últimos anos do século XIX e primeiros anos do século XX. No entanto, o sistema educacional, considerado uma base importante para a ideia de progresso, ainda não estava implantado. Existiam pouquíssimas escolas privadas e públicas, as taxas de matrículas eram irrisórias e os professores eram leigos, minimamente alfabetizados ou então não possuíam uma formação específica para a função que desempenhavam. Apenas no início da década de 1920, foi articulado no país um espaço para questionamentos e debates sobre o tema da expansão e renovação da educação. Esse movimento repercutiu também no Piauí, de modo que os governos passaram a realizar algumas ações para incrementar a expansão educacional de nível primário.

Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, a perspectiva de alavancar o progresso do país, tornou-se uma proposta política consolidada no período estadonovista, por meio de um projeto de estruturação administrativa e de execução de ações. Esse contexto acabou propiciando a articulação de um plano de desenvolvimento para o Piauí, paralelo a uma fase de prosperidade econômica que proporcionou divisas para o Estado, especialmente no governo do interventor Leônidas Mello. Dessa forma, a existência de condições políticas e econômicas favoreceu uma dinamização da realização da urbanização, assim como acabou promovendo investimentos na assistência, por meio de políticas públicas e também do apoio governamental às iniciativas privadas.

Sem deixar de considerar as medidas que vinham sendo tomadas, foi a partir de 1930 que as iniciativas sociais passaram a ser incorporadas como atribuição do Estado. O campo de reflexão do Estado de Bem-estar atuando nas necessidades da população pobre ganhou dimensão com a mobilização e a organização política da sociedade, gerando uma crescente pressão para o atendimento das demandas sociais, incluindo-se a educação (ESPING-ANDERSEN, 1990).

O ENTUSIASMO PELA EDUCAÇÃO COMO FATOR DE PROGRESSO DO PIAUÍ ENTRE OS ANOS 1920 E 1940

Nesse sentido, foi somente nas décadas de 1930 e 1940 que o movimento com pretensões de renovar a educação teve condições de ser efetivamente realizado, uma vez que no governo varguista, o Estado assumiu a responsabilidade sobre o setor educacional (HOCHMAN; FONSECA, 1999). O resultado foi o desenvolvimento significativo da educação primária no Piauí, pois a prioridade naquele momento era alfabetizar os brasileiros, sendo que essa área passou a ser o foco de atuação dos poderes públicos central e local, embora os outros níveis educacionais também tenham sido contemplados com reformas legislativas e investimentos, inseridos em um projeto mais amplo de modernização do país.

2. Que novos ares são esses? Os prenúncios de uma educação inovadora

Por volta do final do século XIX e início do século XX é que o processo de modernização, já efetivado na Europa, principalmente na França, passou a ter maior afirmação no Brasil (SEVCENKO, 2014). As mudanças provenientes dessa nova condição ocorriam em graus diferentes, pois as ideias de progresso importadas do continente europeu não se restringiram aos grandes centros do país, mesmo as cidades que não figuravam entre as mais enriquecidas também participavam de formas variadas desse contexto transformador.

O panorama de chegada das novidades modernas tornou-se presente no Piauí, particularmente em Teresina, a partir dos primeiros anos do século XX. Como passou a ocorrer em muitas cidades brasileiras, os espaços públicos também começaram a ser transformados, e novas formas de comportamento foram se instalando na capital piauiense, a qual, no entanto, não figurava entre as cidades mais desenvolvidas do país (QUEIROZ, 2011). Por esse motivo, o processo de mudanças realizou-se de forma menos acelerada em relação a outras capitais.

A condição moderna indicava os novos rumos que proporcionavam a inclusão de Teresina no processo de aquisição de civilização, à qual o próprio discurso modernizador se referia, destacando que a cidade não podia deixar de fazer parte dessa condição, sob pena do seu povo aceitar viver no passado, além de adquirir o estatuto de atrasado e avesso ao progresso que se alastrava rapidamente pelo país e pelo mundo.

Nesse contexto já era existente um ideário defendido principalmente por intelectuais, que indicava o desenvolvimento educacional como condição para o crescimento brasileiro. Mas as ações realizadas pelos poderes públicos até o início da década de 1920 pareciam não ter aplicação efetiva, de modo a contribuir para o encaminhamento da solução do grave problema da oferta de educação, mesmo a elementar. Conforme Nepomuceno (1994, p. 27):

O ensino primário público e o ensino técnico-profissional foram pouco difundidos na época. Tanto foi assim que os dados educacionais incluídos na Conferência Interestadual do Ensino Primário (1921) revelaram a situação da educação popular no Brasil: o Distrito Federal tinha, nesta época, 41% de sua população infantil sem escolas; Santa Catarina, 43%; Rio Grande do Sul, 44% e São Paulo, 56%. O quadro era mais grave para outras regiões do país: Alagoas tinha 94% de sua população infantil fora da escola, precedido pelo Piauí e Goiás, com 95%.

A partir dos dados, pode-se perceber a gravidade da situação do Ensino Primário em alguns estados do Brasil. Nas regiões que contavam com mais recursos financeiros, como Distrito Federal, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, quase a metade da população infantil estava sem acesso a esse nível de ensino. Porém, a situação era mais alarmante nos estados menos desenvolvidos que contavam com verbas escassas para a educação. Isso ocorria em Alagoas, Goiás e mesmo no Piauí, onde quase a totalidade das crianças estava sem estudar de maneira formal.

Em virtude dessa condição da educação, passou a existir de forma mais efetiva no Brasil dos anos 1920 um campo de diálogo entre os entusiastas da educação, muitas vezes educadores de profissão, com vistas a repensar a problemática e propor soluções que poderiam ser aplicadas de forma racional (NEPOMUCENO, 1994). Atentaram para a estrutura de ensino nos vários níveis, apontando a formação bacharelesca, que constituiu o eixo do saber na Primeira República, como responsável pela criação de uma forma de pensar elitista.

Os críticos denunciavam o abandono da educação elementar no Brasil, onde a maioria da população era analfabeta, e as crianças pobres, com idade para estudar, geralmente estavam fora das escolas. A erradicação do analfabetismo passou a ser a expressão de ordem para o Brasil, pois persistia a ideia de que os problemas sociais, morais, políticos e econômicos seriam solucionados através da educação

O ENTUSIASMO PELA EDUCAÇÃO COMO FATOR DE PROGRESSO DO PIAUÍ ENTRE OS ANOS 1920 E 1940

formal, a qual deveria ser capaz de controlar, planejar e coordenar a marcha da sociedade rumo ao progresso.

No contexto desse debate, foi articulado o movimento da Escola Nova, que contava com a participação de referências da educação brasileira como Fernando de Azevedo, Francisco Campos, Anísio Teixeira e Manuel Lourenço Filho (FREITAS, 2011). Havia a defesa de novos ideais, apontando diretrizes para as ações a partir de uma reinvenção dos métodos e das técnicas de ensino, bem como da legislação e das formas de organização administrativa. A Escola Nova teve repercussões diferenciadas de acordo com as particularidades locais. Entre suas contribuições, estavam as ideias que inspiraram a realização de reformas educacionais iniciadas ainda no começo do século XX em alguns estados.

Pode-se analisar que a ressonância do movimento renovador no Piauí concorreu para a iniciativa do governador João Luiz Ferreira, que convocou a Sociedade Auxiliadora da Instrução para estudar as causas da decadência do ensino no estado e, a partir disso, elaborar um plano de enfrentamento. A problemática da educação escolar piauiense decorria do fato de que esta ainda não havia sido instalada efetivamente pelos poderes públicos. Sua implantação era processada de forma lenta, com avanços e retrocessos, que poderiam ser visualizados em problemas como a ausência de professores qualificados e a falta de estrutura básica para o funcionamento de pouquíssimas escolas que existiam no estado. O fato é que persistia o atraso na expansão da instrução pública no Piauí, era interesse do então governador conjugar forças para solucionar o problema. O principal, detectado pela Sociedade Auxiliadora de Instrução, era a questão financeira. Isso pode ser observado no relato de Silva (1922, p. 157), Vice-Presidente da Associação:

[...] não comporta mais discussão, a de que, no momento atual, os Estados não podem, dentro de seus orçamentos, ministrar instrução a todas as crianças em idade escolar. Mesmo naquelles como S. Paulo, para só citar a unidade federativa onde a educação popular se acha mais disseminada e obedece a methodos mais adiantados. [...] mesmo ali existem três quartos da população em idade de receber instrução privados dos benefícios desta. Dahi se cogitar dentro da Constituição, de um meio que permitisse o poder central auxiliar as administrações locais, em assunto de tamanha relevância para a nacionalidade.

Joseanne Zingleara Soares Marinho

Fica evidenciado que a educação infantil não poderia ficar totalmente sob responsabilidade dos governos estaduais e municipais, pois os recursos disponíveis para investimento eram escassos e a instalação de escolas era bastante onerosa, visto que necessitava de prédios, mobiliários, materiais didáticos e funcionários. A solução apontada seria o governo federal transferir recursos, já que essa era uma questão essencial para o progresso da nação e não um problema de responsabilidade local.

O relatório preparado pela Sociedade Auxiliadora da Instrução sobre o ensino no Piauí resultou na elaboração da Lei n.º 1.027 (PIAUHY, 1922a). As alterações propostas visavam, inicialmente, o comprometimento do governo estadual com iniciativas que deveriam promover a expansão do sistema escolar. O Governador do Piauí era Mathias Olímpio de Mello, membro da Sociedade Auxiliadora da Instrução, sendo, portanto, ele próprio um entusiasta do desenvolvimento educacional como base para a modernização do estado. Ele relatou os primeiros resultados educacionais de seu governo em uma Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado:

A matrícula geral das escolas estaduaes, no ano letivo de 1925 se elevou a 4.864, se excedendo a dos annos de 1921, 1922, 1923 e 1924 - respectivamente, 61, 77, 148 e 783 alumnos, - sendo, pois a maior até agora [...]. O Estado conta apenas 79 escolas ou 97 cadeiras, assim distribuídas: 18 na capital, 36 nas cidades, 25 nas vilas e 18 nos povoados compreendendo 2 grupos escolares, 5 escolas reunidas e cabendo a cada cidade ex-vi do Decreto n. 721 de 6 de setembro de 1921, duas escolas, uma em cada villa e povoados onde a população em idade escolar o exige. A meu ver, e a observação m'õ tem demonstrado, o tipo de escolas que mais nos convém são as Escolas Reunidas: menos despesas, mais fácil instalação (PIAUHY, MENSAGEM, 1926).

A partir das ações educacionais ensejadas pela nova legislação, observam-se algumas mudanças. Ocorreu o aumento no número de matrículas nas escolas primárias, de 1921 a 1924, ainda no governo de João Luiz Ferreira. Com a chegada ao governo do estado do antigo presidente da Sociedade Auxiliadora da Instrução, Mathias Olímpio de Mello, observou-se um elevado crescimento de matrículas no ano de 1925, quando teve início o seu mandato.

No entanto, apesar dos números crescentes de matrículas, a quantidade de escolas estaduais no Piauí ainda era muito reduzida, a concentração delas em Teresina era notadamente maior do que em qualquer outro município. O tipo de

O ENTUSIASMO PELA EDUCAÇÃO COMO FATOR DE PROGRESSO DO PIAUÍ ENTRE OS ANOS 1920 E 1940

estabelecimento educacional que existia em maior quantidade no estado era a escola isolada, com setenta e duas unidades, e isso certamente ocorria porque requeria poucos recursos para sua instalação, necessitando apenas de um professor, o qual geralmente ministrava aulas em sua própria casa.

Apesar da situação aparentemente cômoda, em que os professores ministravam aulas em seus próprios domicílios, o governador afirmava que a criação de estabelecimentos primários do tipo escolas reunidas era mais conveniente no Piauí. Segundo ele, isso ocorria porque teria mais condições de oferecer uma educação de melhor qualidade que as escolas isoladas, pois os prédios escolares e as residências dos professores funcionariam em locais diferentes. Dessa forma, o nível de organização e a realização do trabalho educativo seriam mais adequados porque não haveria a intromissão da vida doméstica no processo de ensino.

Mathias Olímpio de Mello também admitiu que a criação das escolas reunidas no Piauí demandavam poucas despesas do poder público. Isso ocorreria porque funcionariam duas ou mais escolas isoladas, de forma conjunta, em um mesmo prédio específico, o qual não precisava ser construído especialmente com a finalidade de ensino, podendo ser alugado e sem passar por alterações estruturais. Outra vantagem seria o funcionamento em turnos diferenciados e com turmas mistas ou separadas por sexo.

Também é possível identificar nas informações fornecidas pela Mensagem do governador, que os grupos escolares não estavam presentes de forma significativa no Piauí durante esse período e também não eram defendidos como o tipo de estabelecimento escolar mais adequado. Tal fato pode ser entendido inicialmente como contraditório, porque esse tipo de instituição educativa surgiu no contexto do projeto republicano de universalização da instrução, do combate ao analfabetismo e da difusão da escola primária, vinculando-se à implantação da modernização da sociedade brasileira, na maior parte do Brasil, os grupos escolares começaram a ser implantados ainda no início do século XX:

Seguindo o exemplo dos demais estados brasileiros, no Rio Grande do Norte surgem, em 1907, instituições denominadas de Grupos Escolares, os quais utilizavam métodos modernos de ensino nas aulas, em substituição às cadeiras de Instrução Primária. Essa

modalidade de instituição escolar se processou no estado potiguar de forma semelhante ao que vinha ocorrendo em outros estados brasileiros (MORAIS, 2001, p. 33-34).

O grupo escolar era constituído por um conjunto de escolas com direção comum abrigadas em um prédio geralmente adaptado ou construído para a função educativa, com organização administrativa sistematizada e pedagogia moderna (BENCOSTA, 2011). Tratava-se de um novo modelo de escola, com organização centralizadora e racionalizada, que facilitava o controle governamental sobre alunos e funcionários. Portanto, era condizente com as transformações que estavam sendo operadas no contexto em que um novo estatuto de importância era designado para a educação.

Diante dessas informações, parece válido afirmar que a realidade existente no Piauí sobre os grupos escolares é decorrente do fato de se tratar de um tipo de estabelecimento educacional que requeria grandes quantidades de recursos financeiros para sua instalação, dos quais o poder público local não dispunha naquele momento. Além disso, todo o processo de instalação dos prédios dos grupos escolares, construídos e organizados para a função específica do ensino, requeria conhecimentos técnicos e profissionais formados segundo as concepções mais modernas de ensino, as quais, certamente, não existiam a contento nos municípios do Piauí.

Apesar dos esforços empreendidos por Mathias Olímpio de Mello para a elevação do número de matrículas de nível primário, o avanço registrado nos últimos anos de 1920 foi muito pequeno em relação à população que não era contemplada pelo serviço em todo o estado. Isso pode ser observado em uma Mensagem apresentada à Câmara, em 1929, por João de Deus Pires Leal, governador que assumiu o cargo ainda no ano anterior:

A instrução pública até 1926 era, como sabeis, ministrada quase que somente na capital. Em 1927, porém o governo municipal de Parnaíba deu-lhe um grande impulso allí. Nos demais municípios do interior ela não dava os resultados que eram de esperar dos dispêndios que o Estado fazia. As escolas com poucas exceções, não funcionavam regularmente nem tinham instalações condignas (PIAUHY, MENSAGEM, 1929).

De acordo com o relato, a educação primária estadual ainda estava notadamente restrita a Teresina. Além de não existirem escolas suficientes e regulares em seu funcionamento no interior, com exceção do município de Parnaíba, aquelas que funcionavam não estavam instaladas de forma conveniente para a prática do ensino

O ENTUSIASMO PELA EDUCAÇÃO COMO FATOR DE PROGRESSO DO PIAUÍ ENTRE OS ANOS 1920 E 1940

por causa da inadequação dos prédios, os quais eram construídos originariamente para servir como residências particulares e, certamente, em virtude do estado precário de conservação em que se encontravam. Apesar de o governador João de Deus Pires Leal não fazer uma referência direta, de acordo com o contexto educacional, pode-se entender que, provavelmente, continuava a haver problemas como a oferta pequena de professores capacitados e a falta de materiais indispensáveis para o ensino. É relevante observar que o estado de Goiás tinha uma situação semelhante ao Piauí no setor educacional elementar, não sendo a situação piauiense uma exceção no país:

Praticamente tudo estava por ser feito no plano educacional quando as forças oligárquicas dissidentes chegaram ao poder. O índice de analfabetismo foi estimado, na época, em 86,3%. Em trinta, Goiás contava apenas com um jardim de infância e o ensino primário era restritamente difundido pelo interior do Estado, só funcionando em todas as modalidades na capital (NEPOMUCENO, 1994, p. 55).

Quando o primeiro governo de Getúlio Vargas foi instalado no Brasil, observa-se que a área da educação havia avançado muito pouco nos municípios do interior de Goiás, pois era ofertado apenas o Ensino Primário, que funcionava de forma deficiente. Somente a capital do estado tinha uma situação um pouco melhor, disponibilizando os outros níveis de ensino para a população. Essa situação era provavelmente semelhante à de outros estados do Brasil, com exceção daqueles mais desenvolvidos, que aplicavam mais recursos na educação.

A situação do Ensino Secundário no Piauí, na década de 1920, era também problemática, pois, de acordo com o governador João de Deus Pires Leal, em uma Mensagem sobre seu mandato no ano de 1929, esse nível de ensino era ministrado em todo o estado apenas em instituições como o Lyceu Piauhyense, o Gymnasio Parnaybano, o Colégio São Francisco de Salles, o Instituto Coelho Rodrigues, o Gymnasio Municipal de Floriano e mais alguns pequenos estabelecimentos e aulas particulares (PIAUHY, MENSAGEM, 1929).

3. A prioridade do Ensino Primário nas iniciativas políticas em defesa da educação

Durante os anos de 1930 e 1940 o governo central, de certo modo, deu prosseguimento ao processo de modernização que já vinha sendo idealizado. Uma diferença essencial é que a presença de um poder nacional centralizador e intervencionista, comprometido com uma proposta de superação do atraso e transformação do Brasil em um país desenvolvido, facilitou a execução de ações locais que contavam com a colaboração dos governos estaduais e municipais (CAPELATO, 2007).

As reformas urbanas eram observadas especialmente nas capitais, sendo que em Teresina, a transformação do espaço era uma preocupação do poder político constituído. O contingente populacional da capital aumentou porque uma quantidade crescente de pessoas deixava o interior do estado em busca de serviços educacionais, assistência à saúde e melhores oportunidades de trabalho (NASCIMENTO, 2002). Por outro lado, os benefícios realizados não conseguiam acompanhar o adensamento populacional e fornecer uma infraestrutura básica em toda a cidade, restringindo-se às ruas do centro, onde existiam os prédios públicos, eram desenvolvidas as atividades comerciais e moravam pessoas dos setores médio e de elite.

Durante a Primeira República, os governadores do Piauí queixavam-se da situação financeira precária do Estado, e assim justificavam a restrição de investimentos em setores como a educação. Mas, Leônidas Mello, ao assumir o cargo máximo do Poder Executivo estadual, relatou o seguinte em uma Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa:

Desêjo, antes de tudo, lembrar-vos a situação em que se encontrava o Estado ao passar para a minha direção. Estávamos, como todos o sabem, em boas condições. Avançávamos em franco progresso. As rendas, como aliás se vem mantendo, excediam a previsão orçamentária. Havia a sensação de um bem-estar econômico. E porque assim estivessemos, o meu ilustre e inesquecível antecessor [...] não hesitou no empreendimento das vultosas obras que encontrei em andamento (PIAUHY, MENSAGEM, 1936).

Segundo Leônidas Mello, a situação econômica em que se encontrava o Estado quando o recebeu de Landry Salles em 1934, era de expansão financeira crescente. Isso resultava na condição orçamentária para que fossem continuadas as obras de infraestrutura que já vinham sendo realizadas, as quais serviriam para encaminhar o Piauí rumo ao desenvolvimento.

O ENTUSIASMO PELA EDUCAÇÃO COMO FATOR DE PROGRESSO DO PIAUÍ ENTRE OS ANOS 1920 E 1940

Torna-se relevante identificar que, durante o governo varguista, especialmente no Estado Novo, todas as transformações realizadas no Piauí eram valorizadas oficialmente como se começasse a modernização urbana somente a partir desse período. Nesse sentido, através da imprensa censurada, era construída uma imagem de ordem e prosperidade que comprovaria o progresso no estado, como evidencia a notícia do Jornal Diário Oficial:

É certo que só ultimamente o Piauí entrou em uma fase de trabalho fecundo e tranqüilidade social. Eu disse ao interventor Leônidas Mello e ao Dr. Lindolfo do Rêgo Monteiro, prefeito de Teresina, que muita gente por aí afora desconhece o vulto das transformações operadas na fisionomia do Piauí. Teresina é uma cidade que prima pelo aumento de educandários, pelas atividades em defesa da saúde do povo, pela preocupação de construir prédios modernos, pelo asseio de suas ruas [...]. (MARTINS, 1941, p. 2)

Isso se revela ainda na crônica jornalística, com elogios às administrações do Interventor e do Prefeito, que administraram o Piauí. De acordo com esse intento, a capital aparecia como símbolo máximo de progresso, porque contaria com uma expansão sem precedentes do serviço educacional, oferta de assistência à saúde e outras variadas reformas urbanas que promoveriam o bem-estar e o conforto dos piauienses.

Quando o novo governo federal se instalou, acabou escolhendo a educação como área relevante considerada no plano de desenvolvimento do Brasil. A importância concedida certamente passou a servir como uma base relevante para sua sustentação social no Estado Novo, tornando-se também adequada para atender às novas exigências educacionais e pressões sociais que já estavam se afirmando continuamente na sociedade brasileira. No decorrer dos anos de 1930 e 1940, ocorria o aumento da população, o crescimento dos centros urbanos, o desenvolvimento da indústria e dos serviços (ROMANELLI, 2006). Tudo isso conduziu a um aumento da demanda por educação, e, como reflexo dessa condição, o governo central defendia a política de desenvolvimento educacional.

Naqueles tempos, o que proporcionava relevância política à educação era a crença em seu poder de moldar a sociedade a partir da formação das mentes e da abertura de novos espaços de mobilidade social e participação. Optar por esta ou

Joseanne Zingleara Soares Marinho

aquela forma de organização, controle ou orientação pedagógica significaria levar a sociedade para rumos totalmente distintos, de salvação ou de tragédia nacional.

Como foi analisada anteriormente, a ideia de que somente com a educação o país poderia encontrar o rumo certo para o desenvolvimento, era visível ainda nos Oitocentos, ganhando consistência nas discussões da Escola Nova e em algumas ações de governos locais na década de 1920. Esse modo de pensar e fazer a educação teve continuidade nos anos 1930, quando foi estruturada, reformulada e ampliada. Para isso, contou com a parceria dos governos estaduais, gestores da educação primária, que se tornou prioridade. Passaram então a existir condições propícias para que as propostas surgidas até então fossem concretizadas.

Uma das medidas tomadas pelo governo provisório varguista foi o estabelecimento de uma estrutura administrativa através da criação do Ministério de Educação e Saúde Pública, sob a direção de Francisco Campos. A instalação desse órgão especializado, que não existia antes de Getúlio Vargas assumir a presidência, mostrava uma consciência mais profunda e um interesse mais vivo do governo central em relação à educação nacional.

Outra iniciativa que permite entender a condição de importância da área educacional no projeto político, foi a solicitação do chefe de governo, junto a Francisco Campos, para a elaboração de um plano para a educação no país (MATTE, 2002). Em 1931, esse pedido foi oficializado durante a abertura da IV Conferência Nacional da Educação, realizada pela Associação Brasileira de Educação (ABE).

Apesar das divergências internas na ABE, principalmente entre católicos e leigos, que se aguçaram com os conflitos decorrentes da solicitação de um plano de sistematização federal da educação para Brasil, um grupo identificado com as ideias renovadoras, efervescentes ainda nos anos de 1920, se articulou, e preparou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Apresentado ao governo em 1932, o documento trazia a sugestão de diretrizes para a execução de um plano educacional em todo o país. No relato de Fernando de Azevedo, um dos mais importantes membros do grupo que elaborou o documento, estão algumas propostas:

A defesa do princípio de laicidade, a nacionalização do ensino, a organização da educação popular, urbana e rural, a reorganização da estrutura do ensino secundário e do ensino técnico e profissional, a criação de universidades e de institutos de alta cultura, para o desenvolvimento dos estudos desinteressados e da pesquisa

O ENTUSIASMO PELA EDUCAÇÃO COMO FATOR DE PROGRESSO DO PIAUÍ ENTRE OS ANOS 1920 E 1940

científica, constituíam alguns dos pontos capitais desse programa de política educacional, que visava fortificar a obra do ensino leigo, tornar efetiva a obrigatoriedade escolar, criar ou estabelecer para as crianças o direito à educação integral [...]. (AZEVEDO, 1976, p. 175).

De acordo com o Manifesto, os níveis de ensino existentes na educação brasileira deveriam ser alvo de uma nova estruturação, sendo importante a disponibilização de mais investimentos para a ampliação da oferta em educação superior. Além disso, caberia ao setor público a realização de um projeto de educação obrigatória, gratuita e leiga, a ser ofertada obrigatoriamente às crianças, mas devendo também ser acessível aos adultos.

Vários aspectos do documento sofreram ataques, desferidos por educadores ligados à orientação católica. As críticas diziam respeito à concentração do ensino no poder do Estado, porque tiraria a liberdade de funcionamento das instituições particulares. Além disso, também discordavam do caráter leigo, que alegavam levaria à descristianização da sociedade e à aproximação do comunismo, bem como criticavam a coeducação de meninos e meninas, com o argumento de que afetaria uma pretensa moral.

As ideias foram conciliadas pela política educacional do governo central. Por um lado, alguns princípios renovadores que constavam no Manifesto foram considerados nas reformas educacionais através dos decretos que proporcionaram nova estrutura a vários níveis de ensino, a gratuidade da educação e a obrigatoriedade do acesso ao nível primário. Por outro lado, houve a incorporação ao projeto de algumas ideias dos educadores ligados à Igreja Católica, como a defesa do ensino religioso e a preservação das instituições particulares de educação (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000).

A concessão de uma estrutura nacional aos ensinos superior, secundário e comercial foi realizada com a Reforma Francisco Campos em 1931 e 1932. O Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, esteve ligado ao movimento de reformas locais na educação em Minas Gerais, quando foi secretário do interior nos anos de 1920. Assumindo o novo cargo federal, tratou de fazer uma reforma inovadora que constava de uma série de decretos que deram uma estrutura uniforme a alguns ramos do ensino brasileiro.

Joseanne Zingleara Soares Marinho

A legislação criada marcou o começo de uma ação objetiva do Estado na educação, que até então nunca esteve organizada em um sistema nacional. O primeiro nível de ensino a ser reformulado foi o superior, através do Decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931, que instituiu o estatuto das universidades brasileiras, adotando para o ensino superior o regime universitário (ROMANELLI, 2006).

Já a reforma do Ensino Secundário foi proposta pelo Decreto n.º 19.890, de 18 de abril de 1931, e consolidada pelo Decreto n.º 21.241, de 4 de abril de 1932. Ela consistiu em decisões como o estabelecimento definitivo do currículo seriado, com frequência obrigatória em dois ciclos: um formativo, de cinco anos, e outro complementar, de dois anos. O primeiro tornou-se obrigatório para o ingresso em qualquer instituição de caráter superior, e o segundo, em determinadas escolas superiores, de acordo com sua subdivisão em três áreas: o Pré-Medicina, Farmácia e Odontologia, o Pré-Engenharia e o Pré-Direito. Essa era uma grande mudança no Ensino Secundário, pois rompia com o sistema de preparatórios e de exames parcelados para ingresso no Curso Superior que vigorava na escola secundária até então. O Decreto n.º 20.158, de 30 de junho de 1931, organizou o Ensino Técnico-Profissional na modalidade Comercial, com o 1º e o 2º ciclo. Para o ingresso no 1º ciclo, o candidato deveria submeter-se a um exame de admissão e, para o 2º ciclo, deveria concluir um dos cursos do 1º ciclo ou ter concluído a 5ª série do Curso Secundário.

Observa-se que a Reforma Francisco Campos foi parcial, pois não contemplava os ensinos Pré-escolar, Primário e Normal, como também os vários ramos do Ensino Técnico-Profissional, com exceção do Comercial. Todos eles permaneceram a critério dos poderes públicos locais. Foi em 1934, quando o Ministério da Educação e Saúde foi ocupado por Gustavo Capanema, que passou a ser preparada uma nova reforma do ensino. O resultado foram as Leis Orgânicas do Ensino, também conhecidas como Reforma Capanema, decretadas entre 1942 e 1946 (ROMANELLI, 2006). O Ministério da Educação e Saúde era então ocupado por Gustavo Capanema, que já tinha exercido cargos na área educacional em Minas Gerais. Ele sucedeu a Francisco Campos, seu mentor político e intelectual, no ano de 1934, permanecendo até o final do Estado Novo.

As Leis n.º 4.073, nº 6.141 e nº 9.613 estruturaram o Ensino Técnico-Profissional nas áreas Agrícola, Comercial e Industrial (RIBEIRO, 2003). Esse ensino passou a ter dois ciclos: um Fundamental, de quatro anos, e um Técnico, de três a quatro anos.

O ENTUSIASMO PELA EDUCAÇÃO COMO FATOR DE PROGRESSO DO PIAUÍ ENTRE OS ANOS 1920 E 1940

A Lei n.º 4. 244 do Ensino Secundário, foi promulgada em 1942 e estabeleceu um primeiro ciclo chamado de Ginásial, com duração de quatro anos e um segundo ciclo, com duração de três anos, com uma opção que era o Clássico, que tinha a formação intelectual mais direcionada para o estudo das letras, sendo a outra alternativa o Científico, que privilegiava o estudo das ciências. Ambos conduziam indistintamente para os Cursos Superiores.

Já a Lei n.º 8.529 de 1946, regulou o Curso Primário. Ele ficou dividido em Ensino Elementar, oferecendo as principais disciplinas do currículo com duração de quatro anos, e Ensino Complementar, com o acréscimo de noções de Geografia Geral e História das Américas, Ciências Naturais e Higiene com duração de um ano, ambos direcionados para crianças de sete a doze anos. Além disso, também existia a categoria de Ensino Primário Supletivo com dois anos de duração para adolescentes e adultos.

O Ensino Normal também foi regulamentado em 1946, quando teve que se adaptar às orientações do Governo Federal, com a elaboração de uma nova legislação do ensino estadual.

Esse novo regulamento alterou a estrutura do Ensino Normal, que passou a abranger dois ciclos. O primeiro consistia no Curso de Regentes, a ser cursado em quatro anos, e o segundo, o Curso de Formação de Professores Primários, em três anos. O Curso de Regentes articulava-se com o Primário, e o Curso de Formação de Professores com o Ginásio.

A nova legislação regulamentava, ainda, a existência de dois tipos de estabelecimentos que ofereciam o Ensino Normal: o Curso Normal Regional, que ministrava o primeiro ciclo e a Escola Normal, onde funcionaria o curso de segundo ciclo desse tipo de ensino, bem como o ginásial do Ensino Secundário. Os estabelecimentos poderiam continuar sendo mistos, com as classes separadas de acordo com os sexos.

Algumas condições eram exigidas para a efetivação da matrícula nos estabelecimentos de Ensino Normal, tais como: ser brasileiro, comprovar ter sanidade física e mental, não apresentar defeito físico ou distúrbio funcional que, segundo o posicionamento vigente na época, contraindicasse o exercício da função docente. As

Joseanne Zingleara Soares Marinho

Escolas de Adaptação também foram extintas, pois essa formação complementar passou a não ser mais uma exigência necessária para a matrícula no Curso Normal.

Também era necessária para a efetivação da matrícula no Curso Normal, que os proponentes obtivessem aprovação em um Exame de Admissão. Para a inscrição, que daria o acesso ao primeiro ciclo, o candidato deveria ter idade mínima de treze anos e comprovar a conclusão do Ensino Primário. Para inscrição no segundo ciclo, a idade mínima era de quinze anos, devendo ser apresentado o certificado de conclusão do primeiro ciclo ou certificado do Curso Ginásial. A idade acima de vinte e cinco anos impossibilitava a matrícula em qualquer ciclo do Ensino Normal.

Além de todas as reformas legislativas, que estabeleceram um sistema de educação centralizado, outra mudança observada durante os anos 1930 e 1940 foi a expansão nacional da oferta educacional, que acabou passando por um desenvolvimento significativo. Ocorreu, de forma geral, uma elevação progressiva nos recursos que os poderes públicos federal, estadual e municipal destinavam à educação, tanto que essa área se tornou uma das mais importantes para os investimentos governamentais (HOCHMAN; FONSECA, 1999). Todos esses fatos, de forma conjugada, certamente contribuíram de forma positiva para mudanças tais como o aumento da quantidade de estabelecimentos educacionais, a ampliação das matrículas, a elevação do número de professores qualificados e a melhoria dos resultados na alfabetização.

O problema considerado pelo Estado brasileiro como mais grave na área da educação era o altíssimo índice de analfabetismo da população. A busca de solução era considerada tarefa urgente, principalmente pelos poderes públicos e setores intelectuais. Esse posicionamento pode ser observado no relato de um cronista do Jornal O Piauí:

Desanalfabetizar trinta milhões de brasileiros é tarefa das mais patrióticas e urgentes a ser executada pelos estadistas de nossa pátria. Todas as cidades, povoações e recantos habitados no Brasil devem ser providos de escolas publicas e particulares, tanto diurnas quanto noturnas que ministrem instrução primária a todos os nossos patrícios analfabetos - crianças e adultos de ambos os sexos. As escolas particulares, além das mensalidades dos alunos, que devem ser módicas e ao alcance de todas as bolsas, é preciso que sejam subvencionadas pelos governos estaduais e municipais [...]. (SILVA, 1947, p. 4).

Nesse sentido, apenas uma união de forças seria capaz de enfrentar o analfabetismo. A iniciativa de expandir a rede educacional primária era uma questão

O ENTUSIASMO PELA EDUCAÇÃO COMO FATOR DE PROGRESSO DO PIAUÍ ENTRE OS ANOS 1920 E 1940

de patriotismo que ultrapassava os interesses individuais, já que se defendia que somente um país com a população instruída poderia se desenvolver. Isso ocorreria principalmente por meio dos poderes públicos, os quais deveriam agir conjuntamente no sentido de dinamizar a expansão escolar, bem como subsidiar as instituições particulares para atenderem a clientela carente. Além disso, a iniciativa privada deveria cumprir seu papel social em defesa da pátria, sacrificando seus ganhos financeiros ao oferecer mensalidades escolares mais acessíveis para aumentar o número de alunos.

É possível identificar a situação do analfabetismo entre os brasileiros, mais particularmente, na primeira metade do século XX. Nas duas primeiras décadas, a taxa de alfabetização não cresceu, mas de 1940 a 1970, os progressos já foram notáveis: estavam alfabetizados 33.019.268 adolescentes e adultos (ROMANELLI, 2006). Entre 1920 e 1940, a taxa de alfabetização cresceu a 0,4% ao ano. Entre 1940 e 1950, o crescimento foi de 0,5% ao ano. Considerando-se que, na primeira metade do século XX, os critérios para os levantamentos estatísticos eram outros e também menos rigorosos, pode-se aventar a hipótese de a taxa de alfabetização tenha crescido a um ritmo e nível superiores ao indicado pelos dados.

Observa-se que as taxas de alfabetização sofreram aumento, processo que se iniciou na década de 1920 e foi intensificado nos anos subsequentes. As mudanças vinham acontecendo, especialmente, na expansão e na melhor estruturação da rede escolar primária. No entanto, apesar do desenvolvimento observado, o problema de acesso à escola de nível elementar ainda persistia nacionalmente, porque a expansão realizada, apesar de significativa, ainda era marcadamente insuficiente.

Um fato que agravava a problemática do analfabetismo no Brasil é que existia um déficit entre os números de matrículas no Ensino Primário e a frequência dos alunos às escolas. Esse problema foi identificado em um estudo realizado pela Sociedade Brasileira de Estatística ainda na década de 1940:

O problema da evasão escolar foi posto ultimamente em foco pelos debates travados na Sociedade Brasileira de Estatística em torno deste palpitante assunto. Os registros do discipulado nos vários anos do curso primário, demonstram que a escola brasileira não retém os seus alunos seja por motivos inerentes às próprias deficiências de nossa organização educacional, seja em consequência de causas de ordem econômica ou social que concorrem para que se desinteresse

Joseanne Zingleara Soares Marinho

do educandário a população em idade de o freqüentar (DIÁRIO OFICIAL, 1942, p. 22).

Apesar de a notícia não divulgar o quantitativo sobre a situação no país, ela revela que os dados formais sobre as matrículas do Ensino Primário não correspondiam à realidade encontrada nas escolas, já que uma quantidade considerável de alunos abandonava os estudos. Isso pode demonstrar que, de forma geral, as instituições escolares não dispunham de mecanismos para manter os alunos estudando, possivelmente em virtude de problemas relacionados ao cotidiano de pobreza, em que as crianças começavam a trabalhar por razões de sobrevivência, mas também, para muitas famílias pobres, por causa da falta de entendimento sobre a importância da educação como investimento para o futuro e falta de relevância dos conteúdos dos currículos escolares, especialmente para a população que residia no interior e cidades ruralizadas, como ainda era a realidade da capital do Piauí até, pelo menos, a primeira metade do século XX.

De acordo com o Decreto n.º 1.301, de 1931, vigente até 1946 com poucas alterações, a educação formal ministrada no Piauí correspondia aos seguintes níveis: Pré-escolar, Primário, Profissional, Normal e Secundário (PIAUHY, DECRETO N.º 1.301, 1931). A instância superior da direção do ensino no Piauí competia ao chefe do Poder Executivo do Estado, a Secretaria Geral do Estado era o órgão auxiliar imediato. Já a administração, a direção e a inspeção diretas de todos os níveis de ensino em estabelecimentos públicos e privados, eram incumbências do órgão estadual denominado Diretoria Geral da Instrução.

Como o ensino público primário ainda não tinha legislação uniformizada pelo Governo Federal, ficava delegada aos estados a função de legislar na área, fato que revelava, por um lado, a descentralização do sistema, permitindo, de forma positiva, a adaptação às diferenças específicas de cada estado. Mas, por outro lado, revelava uma falta de uniformidade do ensino, com legislações locais que serviam muitas vezes para acentuar as diferenças regionais.

De acordo com o regulamento do ensino estadual, o nível Pré-escolar era facultado à iniciativa particular e caberia ao Estado instalar na capital pelo menos um estabelecimento de jardim de infância. O Curso deveria ter a duração de três períodos, sendo destinado a crianças entre quatro e sete anos de idade. Entende-se que a existência desse nível de ensino revela que, apesar das primeiras noções educativas serem ministradas de forma habitual pela mãe, no próprio lar, a

O ENTUSIASMO PELA EDUCAÇÃO COMO FATOR DE PROGRESSO DO PIAUÍ ENTRE OS ANOS 1920 E 1940

importância da escola cada vez mais cedo na educação das crianças passava a ter uma afirmação progressiva.

No Piauí, de acordo com a legislação que reformulou as disposições do regulamento geral do ensino em 1933, o Primário era obrigatório para as crianças de sete a catorze anos, correspondendo a um período de seis anos (PIAUHY, DECRETO N.º 1.438, 1933). O Primário Fundamental era ofertado até o terceiro ano nas escolas singulares, nas escolas agrupadas e nos grupos escolares. O Primário Complementar funcionava no quarto ano dos grupos escolares. O Primário Complementar Especial era oferecido na Escola de Adaptação, com a duração de dois anos, como preparação para a entrada no Curso Normal. As escolas deveriam ser ofertadas pelo Governo do Estado com o auxílio de, pelo menos, 15% da renda arrecadada nos municípios, integralmente pelo poder municipal ou pela iniciativa privada.

Nas décadas de 1930 e 1940, a Escola Modelo Artur Pedreira, era o estabelecimento estadual de referência no Ensino Primário do Piauí. Tratava-se de uma instituição cuja clientela era composta de alunos e alunas provindos principalmente dos setores sociais abastados da população. Funcionava anexa à Escola Normal de Teresina, servindo como estabelecimento principal para o treinamento didático das normalistas e dos normalistas, sua organização didática, administrativa e econômica estabelecia o padrão de funcionamento para as escolas primárias do estado.

Em Teresina também existiam escolas privadas que ofereciam o Ensino Primário e tinham prestígio em todo o Piauí. Um exemplo disso é o Colégio Sagrado Coração de Jesus, conhecido como Colégio das Irmãs, instalado em 1906 sob orientação da Congregação das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina. O objetivo dessa instituição particular era oferecer a educação formal para a clientela feminina, moldando sua conduta desde a infância, com o sentido de criar uma mulher que respeitasse os valores cristãos e tivesse uma formação moral rígida, que serviria para torná-la um exemplo de virtude, podendo-se identificar as distinções de gênero. Pode-se perceber que a escola, como uma instância social, é generificada, pois é um lócus privilegiado de formação dos sujeitos. É, também, no ambiente escolar que os

Joseanne Zingleara Soares Marinho

diferentes papéis de gênero exigidos de meninos e meninas são criados e reproduzidos, mas igualmente, podem ser transformados (LOURO, 2003).

Era também interesse do governo piauiense, conforme as orientações federais, incentivar a instalação e a manutenção de estabelecimentos de ensino particulares, oferecendo subsídios para ampliar o acesso à educação primária. Essa prática pode ser exemplificada pela legislação estadual, que regulamentava a ajuda financeira para o funcionamento do Colégio Sagrado Coração de Jesus:

O Governador do estado do Piauí, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e considerando que é função precípua do poder público difundir e melhorar a instrução. Considerando que, nesse objetivo, devem ser amparados os estabelecimentos de ensino de utilidade reconhecida. Considerando que pelos benefícios que vem proporcionando ao estado, em já longos annos de existência está, precisamente, nessas condições o Collégio "Sagrado Coração de Jesus". Determina: Art. 1º É elevada de seis para dez contos de Réis a subvenção anual concedida pelo Estado ao Collégio "Sagrado Coração de Jesus"[...] Art. 2º O referido educandário fica obrigado: I) A manter um curso gratuito para crianças pobres. II) A fornecer à Diretoria Geral de Instrução Pública do estado, todos os dados que lhe sejam requeridos de accôrdo com as medidas adoptadas pela mesma repartição. (PIAUHY, DECRETO N.º 1.676, 1935).

Com essa legislação, o poder público estadual reconhecia a importância do referido estabelecimento para a educação, tornando-o apto a receber subvenção financeira para ajudar a ampliar a instrução elementar a um maior número de crianças piauienses. Para que isso ocorresse, o Colégio Sagrado Coração de Jesus deveria instalar um curso para crianças carentes, bem como disponibilizar informações periódicas ao governo para o acompanhamento desses alunos que iriam estudar na instituição.

Em um Relatório apresentado pelo Interventor Landry Salles Gonçalves ao Presidente Getúlio Vargas sobre as ações desenvolvidas no período de seu governo no Piauí entre 1931 e 1935, ele indicou que os investimentos no setor educacional eram significativos, sendo utilizados na sua expansão (Piauí, Relatório, 1935). Inclusive, de forma processual, as verbas destinadas à educação piauiense continuaram passando por incremento, dobrando no período de 1935 a 1939, conforme a notícia oficial do órgão estadual:

O Departamento Estadual de Estatística do Piauí acaba de divulgar interessantes dados a respeito do desenvolvimento da instrução pública naquela unidade federativa. As despesas com a assistência educacional atingiram em um quinquênio as seguintes cifras: 1.464 contos em 1935; 1.872 contos em 1936; 2.360 contos em 1937; 2.806

O ENTUSIASMO PELA EDUCAÇÃO COMO FATOR DE PROGRESSO DO PIAUÍ ENTRE OS ANOS 1920 E 1940

contos em 1938 e 3.092 contos em 1939. (DIÁRIO OFICIAL, 1940, p. 5).

Os dados disponibilizados pelo Departamento Estadual de Estatística do Piauí indicam que os investimentos na área educacional eram significativos durante o período e que foram utilizados na expansão do setor, indicando ser uma prioridade na política de governo. Entretanto, pode-se entender que esses investimentos foram realizados de forma intensa na educação de nível primário, visando a alfabetização, já indicada como principal meta educacional.

Enquanto isso, na área do Ensino Secundário, a situação era diferente. De acordo com as informações do Relatório apresentado por Landry Salles para o Presidente da República, no início da década de 1930, as escolas existentes estariam atendendo às necessidades da população (PIAUHY, RELATÓRIO, 1933). Ainda que não sejam disponíveis dados específicos sobre o assunto, que permitiriam avaliar melhor a situação, isso pode significar que uma parcela reduzida de piauienses terminava o Ensino Primário e prosseguia os estudos.

É importante observar ainda, que o Ensino Secundário no Piauí era oferecido em pouquíssimos estabelecimentos, e mais, que se localizavam principalmente na capital. Esse fato demonstra que a oferta desse nível de ensino era melhor em Teresina do que nos municípios do interior do estado, com exceção de Parnaíba. Consequentemente, aqueles que queriam cursar o Secundário, deveriam deslocar-se dos seus locais de moradia, o que, certamente, dificultava ainda mais o acesso a esse nível de educação. Constata-se, também, que na época era importante a contribuição da iniciativa particular no Ensino Secundário, sendo representada por colégios como o Ginásio Municipal São Francisco de Sales e o Curso de Humanidades. Como colégios públicos, existiam em Teresina o Liceu Piauiense e, em Parnaíba, o Ginásio Parnaibano.

No final dos anos 1930, pode ser verificado que o número de escolas primárias instaladas no Piauí pelo poder público havia passado por grande crescimento (PIAUHY, RELATÓRIO, 1939). Isso ocorreu em virtude do aumento de investimento estatal, mas também a partir da colaboração dos governos municipais, indicando, mais uma vez, que esse nível de ensino era prioridade na política educacional local, que estava de acordo com as orientações do governo federal. Existiam duzentos e

noventa e dois estabelecimentos que ofereciam educação formal de nível primário no Piauí, o que revela um crescimento constante em relação aos dados dos anos anteriores.

Os estabelecimentos de Ensino Primário pertenciam às seguintes categorias: trinta e dois grupos escolares, trinta e uma escolas agrupadas, cinquenta e três escolas singulares e cento e setenta e três escolas nucleares. Convém, ainda, destacar que somente a capital do Piauí possuía um total de quarenta e três escolas, o maior número de estabelecimentos entre todos os municípios do estado. Isso pode ser justificado pelo fato de que a demanda educacional em Teresina deveria ser intensa. Além disso, a capital era um símbolo de desenvolvimento, devendo também por isso ser privilegiada pelos investimentos.

Nas localidades onde existissem pelo menos três escolas singulares funcionando próximas, passariam a funcionar como escolas agrupadas, as quais eram dirigidas por um professor nomeado pela Diretoria Geral de Instrução Pública, e ainda possuíam um zelador, que também exercia as funções de porteiro (PIAUHY, DECRETO N.º 1.438, 1933). O governo estadual também poderia, em povoados de população escassa, instituir, em regime provisório, escolas nucleares de rápida alfabetização, com um ano apenas de curso e em uma classe com, no mínimo, vinte e cinco alunos. Já a abertura de um grupo escolar requeria a existência de, no mínimo, quatro classes com um contingente de cento e oitenta discentes. Além disso, cada estabelecimento desse tipo deveria ter um diretor, uma professora para cada classe, uma adjunta estagiária, uma inspetora de alunos e um zelador-porteiro.

É possível analisar que o poder público continuava privilegiando a instalação de escolas menores, como as nucleares e as singulares, as quais requeriam poucos investimentos financeiros. As escolas agrupadas e os grupos escolares também permaneciam, na época, com número reduzido, provavelmente porque eram estabelecimentos que requeriam maiores despesas para a instalação, uma vez que tinham exigências maiores, como prédios específicos para a atividade do ensino. No caso específico dos grupos escolares, os investimentos governamentais eram ainda mais presentes do que nas escolas agrupadas, pois aquelas edificações deveriam ser construídas especialmente para a finalidade do ensino, obedecendo às exigências de condições de higiene, área de recreação, refeitório, dimensões adequadas das salas de aula, iluminação e circulação do ar (MONARCHA, 1999). Os grupos escolares deveriam ser ainda marcos arquitetônicos com aspecto

O ENTUSIASMO PELA EDUCAÇÃO COMO FATOR DE PROGRESSO DO PIAUÍ ENTRE OS ANOS 1920 E 1940

diferenciado, buscando representar o melhor edifício de uma região da capital ou cidade do interior, destacando-se na paisagem circundante.

Convém observar que, na década de 1930, o Piauí assumiu posição privilegiada em relação aos outros estados do país no que diz respeito ao crescimento dos índices de matrículas no Ensino Primário. Esse fato foi revelado por uma pesquisa do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, órgão do Departamento de Ensino, sendo divulgado no relatório apresentado pelo Interventor do Estado ao Presidente da República:

Trabalho agora publicado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos trouxe uma revelação interessante: no período de 1932 a 1936 coube ao Estado do Piauí o segundo lugar entre todas as unidades da Federação, quanto ao crescimento relativo da matrícula no ensino primário. Com efeito, a julgar pelas estatísticas levantadas, desde 1933 o pequeno estado passou a tratar da instrução popular com tal êxito que em 1937 conquistava ele não mais o segundo lugar, mas o primeiro no particular acima assinalado (PIAUHY, RELATÓRIO, 1940).

Embora a pesquisa não tenha apontado os motivos que proporcionaram essa posição de destaque do Piauí entre as outras unidades da federação, percebe-se que a elevação do contingente de matrículas realizadas no Ensino Primário foi um reflexo proporcional ao aumento na ordem dos recursos financeiros investidos. A elevação do número de matrículas no estado pode ser observada a partir de 1930, quando possuía o total de 7.397 matrículas, até 1947, atingindo 44.179 alunos matriculados. A elevação das taxas é um indicativo de que o número de salas de aula e de escolas também sofreram um aumento. Essa condição observada no Ensino Primário foi possível porque a preocupação principal na área educacional continuava sendo a expansão da alfabetização.

Por outro lado, através de um relatório apresentado pelo interventor Leônidas Mello no início da década de 1940, podemos perceber que o Ensino Secundário continuava no mesmo estágio de pouco desenvolvimento, existindo um número reduzido de estabelecimentos que ofereciam esse nível de ensino no estado:

Funcionaram regularmente durante o ano de 1941, 8 ginásios e 4 escolas normais, sendo um ginásio e uma escola normal oficiais e os demais subvencionados pelo governo do estado. De ano para ano as

matrículas nos nossos cursos secundários e normais vem aumentando, sendo bem animadora a atual: 1.585 e 549, respectivamente (PIAUHY, RELATÓRIO, 1942).

Ao comparar, como simples referência, o índice de matrículas do ano de 1941 das escolas primárias, que foi de 43.262 alunos, com o resultado das matrículas das escolas secundárias, que totalizou 1.585 alunos, pode-se perceber que a oferta desses níveis de ensino tinha condições drasticamente diferentes no Piauí. Isso pode ser resultado de uma demanda pequena para a expansão do Ensino Secundário, revelando que um pequeno contingente da população chegava a esse estágio de ensino, mas também reforça a ideia de que a prioridade na educação era promover a alfabetização dos piauienses no nível Primário.

É importante observar que os dados sobre a condição da educação do Piauí foram geralmente encontrados em Mensagens e Relatórios, um tipo de documentação oficial do governo do Estado. Os resultados percentuais apresentados são sempre positivos no que diz respeito às matrículas, instalação de escolas e disponibilidade de recursos para investimentos. No entanto, as informações sobre a frequência dos alunos e o aproveitamento escolar não eram revelados nessas fontes.

4. Considerações Finais

Diante da discussão, pode-se verificar que a ampliação do acesso e renovação da educação em Teresina nos anos de 1930 e 1940 foi resultado de um processo brasileiro que se desenvolvia no campo do ideário desde o século XIX, sendo tributária de iniciativas locais que passaram a ser desenvolvidas principalmente na década de 1920. Além disso, está relacionada ao processo de modernização, que geralmente era controlado ou coordenado pelos poderes públicos. Isso aconteceu porque a educação era valorizada como promotora do desenvolvimento do país.

Portanto, o movimento com pretensões de renovar a educação teve condições de ser mais efetivo a partir do governo de Getúlio Vargas, especialmente no período estadonovista, quando o Estado assumiu a responsabilidade sobre a assistência social, incluindo o setor educacional, sobretudo de nível elementar. Desse modo, no processo de expansão educacional ocorrido no Piauí, teve prioridade o nível primário porque era urgente para os poderes públicos promover a alfabetização, considerada a base de um projeto mais amplo de aquisição de progresso e

O ENTUSIASMO PELA EDUCAÇÃO COMO FATOR DE PROGRESSO DO PIAUÍ ENTRE OS ANOS 1920 E 1940

civilização do país em um futuro próximo. É importante observar que apesar das limitações e deficiências, o projeto governamental de implantação da educação primária começou a ser desenvolvido e adquiriu expansão no estado, principalmente a partir do Governo Leônidas Mello.

Referências

A INSTRUÇÃO pública no Piauí, seu invulgar desenvolvimento. *Diário Oficial*, Teresina, ano X, n. 239, p. 5, 24 de out. de 1940.

AZEVEDO, F. de. *A transmissão da cultura*. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

BENCOSTTA, M. L. A. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil, Vol. III: Século XX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CAPELATO, M. H. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, L. de A. N. (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do estado novo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ESPING-ANDERSEN, G. *The three worlds of welfare capitalism*. New Jersey: Princeton University Press, 1990. Disponível em: <<http://sites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic1134169.files.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2019.

EVASÃO escolar e os quistos raciais. *Diário Oficial*, Teresina, ano XII, n. 111, p. 22, 2 de maio de 1942.

FREITAS, M. C. de. Educação brasileira: dilemas republicanos nas entrelinhas de seus manifestos. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil, Vol. III: Século XX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HOCHMAN, G.; FONSECA, C. M. O. Políticas de saúde e previdência, 1937-45. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

Joseanne Zingleara Soares Marinho

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MARTINS, O. Fisionomia moderna de Teresina. *Diário Oficial*, Teresina, ano XI, n. 266, p. 2, 1 de dez. de 1941.

MATE, C. H. *Tempos modernos na escola: os anos 30 e a racionalidade da educação brasileira*. São Paulo: EDUSC, 2002.

MELLO, M. O. de (org.). *A Instrução Pública no Piauí*. Teresina: Papelaria Piauíense, 1922.

MONARCHA, C. *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. São Paulo: Unicamp, 1999.

MORAIS, M. A. C. A professora Sinhazinha Wanderley e o grupo escolar tenente coronel José Correia. In: _____. (org.). *A Mulher em Nove Versões*. Natal: UFRN, 2001.

NASCIMENTO, F. A. do. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

NEPOMUCENO, M. de A. *A Ilusão Pedagógica (1930-1945): Estado, sociedade e educação em Goiás*. Goiânia: UFG, 1994.

PIAUI. Decreto n.º 771, de 6 de setembro de 1921. Alterações ao Regulamento Geral da Instrução Pública. In: MELLO, Mathias Olímpio de (org.). *A instrução pública no Piauí*. Teresina: Papelaria Piauíense, 1922b. p. 23-36.

_____. Decreto n.º 1.301, de 14 de setembro de 1931. Proporciona nova organização à Diretoria de Instrução e regulamenta o ensino público. *Decretos do Ano de 1931*. Teresina: Imprensa Oficial, 1932.

_____. Decreto n.º 1.438, de 31 de janeiro de 1933. Revê e altera as disposições do regulamento geral do ensino. *Decretos do Ano de 1933*. Teresina: Imprensa Oficial, 1934.

_____. Decreto n. 1.676, de 11 de julho de 1935. Eleva a subvenção concedida ao Colégio Sagrado Coração de Jesus. *Decretos do Ano de 1935*. Teresina: Imprensa Oficial. 1936.

_____. Governo 1925-1928. *Mensagem Apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo Governador Mathias Olímpio de Mello, em 1º de junho de 1926*. Teresina: Imprensa Oficial, 1926.

O ENTUSIASMO PELA EDUCAÇÃO COMO FATOR DE PROGRESSO DO PIAUÍ ENTRE OS ANOS 1920 E 1940

_____. Governo 1928-1930. *Mensagem Apresentada Perante a Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo Governador João de Deus Pires Leal, em 1º de junho de 1929*. Teresina: Imprensa Oficial, 1929.

_____. Governo 1935-1945. *Mensagem Apresentada Perante à Assembléia Legislativa do Estado do Piauí pelo Governador Leônidas de Castro Mello, em 1º de Junho de 1936*. Teresina: Imprensa Oficial, 1936.

PIAUHY. Governo 1931-1935. Relatório Apresentado ao Presidente da República pelo Interventor Landry Salles Gonçalves Referente ao Exercício de 1932. *Diário Oficial*, Teresina, ano III, n. 189, p. 1- 4, 23 de ago. de 1933.

_____. Governo 1931-1935. *Relatório Apresentado ao Presidente da República pelo Interventor Landry Salles Gonçalves Referente ao Exercício de 1931-1935*. Teresina: Imprensa Oficial, 1935.

_____. Governo 1935-1945. *Relatório Apresentado ao Presidente da República pelo Interventor Leônidas de Castro Mello Referente ao Ano de 1939*. Teresina: Imprensa Oficial, 1940.

PIAUÍ. Governo 1935-1945. *Relatório Apresentado ao Presidente da República pelo Interventor Leônidas de Castro Mello Referente ao Exercício de 1941*. Teresina: Imprensa Oficial, 1942.

PIAUHY. Lei n.º 1027, de 3 de julho de 1922. Aprova o Decreto n.º 771 do ano passado que reforma a instrução pública do estado com as alterações constantes da presente lei. In: MELLO, Mathias Olímpio de. (org.). *A Instrução Pública no Piauí*, Teresina: Papelaria Piauíense, 1922a.

QUEIROZ, T. de J. M. *Os literatos e a república*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as Tiranias do Tempo. Teresina: EDUFPI, 2011.

RIBEIRO, M. L. S. *História da educação brasileira: a organização escolar*. São Paulo: Autores Associados, 2003.

ROMANELLI, O. de O. *História da educação no Brasil (1930-1970)*. 30. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, Vanda M. R. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, São Paulo, v. 20, p. 71-99, jul./dez. 1995.

Joseanne Zingleara Soares Marinho

SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SILVA, C. Novas diretrizes. *O Piauí*, Teresina, ano LVII, n. 215, p. 4, 22 de abr. de 1947.

SILVA, P. B. da. Da educação popular e da acção das municipalidades. In: MELLO, Mathias Olímpio de (org.). *A Instrucção Pública no Piauhy*. Theresina: Papelaria Piauhyense, 1922.